



O direito à informação, o conflito e o impacto social no caso do Polo GásLub Itaboraí (RJ)

Jonatan Fernandes Porto, Gabriela Scottto

A informação é um direito explícito na Constituição Federal de 1988 em seu artigo 5º e para o cumprimento do ato de informar é preciso comunicar com clareza, utilizando os princípios da “Publicidade e da Eficiência” (Art. 37), criando acessibilidade aos diversos públicos de interesse e dispondo formas participativas e de acesso, como manda a Lei. A chegada dos empreendimentos de larga escala, que visa manter o crescimento à margem do lucro em nome de um desenvolvimento econômico local e difuso, por vezes, pode trazer impactos diretos e significativos para a população. Neste contexto a participação social, o envolvimento da comunidade, o diálogo (ou falta dele) e as notícias massificadas pela mídia local e nacional acerca dos investimentos são alguns dos tópicos abordados. E estes assuntos, com base no direito à informação, serão tratados conceitualmente nesta pesquisa. O Polo GásLub Itaboraí (antigo Comperj), da Petrobras, no estado do Rio de Janeiro, será adotado como estudo de caso, considerando o envolvimento da população no processo decisório, os impactos sociais na região e a importância da chamada Comunicação Pública que tem finalidades de relevância destacando aqui aquela que visa estabelecer uma relação de diálogo de forma a permitir a prestação de serviço ao público. E tudo isso atrelado à (des)informação, partindo das expectativas geradas, tendo em vista a presença do empreendimento e, conseqüentemente, a chegada de empresas atraídas pelo “desenvolvimento econômico e regional”. Objetiva-se neste trabalho identificar as linguagens e ferramentas de acesso à informação antes e durante a implantação do empreendimento e as formas de acesso a dados, referentes aos impactos, nos territórios estabelecidos. Pesquisas anteriores, diálogo com atores sociais, análise de documentos (atas de audiências públicas e Relatórios de Impactos Ambientais) e jornais (locais e nacionais) são algumas das fontes de dados que serão utilizadas na pesquisa. A partir deste estudo busca-se entender de forma teórica e empírica a acessibilidade (ou falta dela) às informações de causas e efeitos. Um direito da sociedade a ser garantido pelo Estado, principalmente aquela ligada diretamente ao empreendimento. Esta pesquisa – ainda na sua fase inicial – delimita temporalmente um período que compreende de 2007 até os dias atuais, marcado pela mudança de um Complexo Petroquímico do Estado do Rio de Janeiro – Comperj – a um Polo GásLub Itaboraí, partindo também das expectativas geradas e dos impactos causados, tendo como base o direito à informação e o cumprimento deste direito.